



TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1 “CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTAS, JARDINEIRO E AJUDANTE”.

O credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de motoristas, Jardineiro e Ajudante é justificado pela necessidade de garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados pelas secretarias municipais de Saúde e Administração. Essas empresas, com experiência comprovada e infraestrutura adequada, são essenciais para assegurar que as atividades de transporte de pacientes, materiais e insumos, sejam realizados de forma ágil, qualificada e segura, bem como a prestação de serviços de jardinagem e ajudante de operação em geral que são essenciais para o bom funcionamento das atividades públicas, conservação de áreas verdes, limpeza manutenção de espaços públicos e suporte em demandas operacionais diárias. O processo de credenciamento permite a contratação de empresas que atendem aos requisitos legais e técnicos, oferecendo flexibilidade para adaptar os serviços às demandas específicas de cada secretaria, garantindo, assim, a otimização dos recursos públicos, a redução da burocracia e a qualidade no atendimento à população, além de contribuir para a economia e eficiência na gestão pública. As quantidades e procedimentos previstos para a execução do objeto deste Termo de Referência estão descritas no **(Anexo I)**.

1.2 Os quantitativos físicos e financeiros mensais para cada prestador habilitado serão previstos contratualmente;

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 5.401/2023.

1.6 O contrato vigorará da data da sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/2021 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

1.7 Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.8 A Administração não se obriga a contratar todos os procedimentos oferecidos, mas sim a quantidade necessária para atender a demanda da ADMINISTRAÇÃO.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa suprir a lacuna existente em função da insuficiência de servidores efetivos para execução de serviços operacionais e de conservação de espaços públicos. Diante da ausência de cargos vagos disponíveis no quadro efetivo, da impossibilidade legal e orçamentária de realização imediata de concurso público, bem como do elevado custo da contratação, opta-se pela contratação de empresa por credenciamento para execução das seguintes atividades: jardinagem e ajudante de operação em geral que são essenciais para o bom funcionamento das atividades públicas, conservação de áreas verdes, limpeza manutenção de espaços públicos e suporte em demandas operacionais diárias .

Além disso, destaca-se a necessidade de reforço nos serviços de transporte sanitário eletivo, executados pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo deslocamento programado de pacientes para procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em outros municípios da região de saúde pactuada pelo SUS. O serviço atende especialmente ao programa Tratamento Fora de Domicílio (TFD), conforme Portaria n.º 55 da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, sendo este um instrumento legal que visa garantir o atendimento de saúde necessário a pacientes cujo município de origem não disponha dos meios adequados.

Contudo, têm-se verificado demandas atípicas, como o transporte de pacientes para regiões não referenciadas pelo SUS, muitas vezes envolvendo atendimento particular. Essas situações exigem o uso de veículo exclusivo, comprometendo a rotina do setor de transporte sanitário coletivo, que atualmente transporta, em média, 120 pacientes por mês com cerca de 17 veículos. Tais atendimentos individuais interferem na logística de roteiros e horários, prejudicando o serviço coletivo prestado.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de apoio operacional para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, sem comprometer a qualidade do atendimento à coletividade.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa por meio de credenciamento, com vistas à prestação de serviços operacionais e de apoio, visando suprir demandas essenciais das Secretarias Municipais de Administração e Saúde. A contratação contempla duas frentes principais de atuação:

a) Serviços operacionais e de conservação de espaços públicos, com atuação de profissionais nas funções de:

- Jardinagem e manutenção de áreas verdes;
- Apoio na limpeza e conservação de espaços públicos;
- Apoio em serviços gerais de operação e manutenção urbana.

Essas atividades são indispensáveis para assegurar o bom funcionamento das



estruturas municipais, especialmente diante da atual carência de pessoal efetivo, ausência de cargos vagos disponíveis e impedimentos legais e orçamentários para realização de concurso público no curto prazo.

b) Apoio às atividades de transporte sanitário eletivo, por meio da contratação de motoristas e pessoal de apoio, para atender às crescentes demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O serviço visa garantir o transporte adequado de pacientes do SUS, conforme o Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), bem como dar suporte a situações excepcionais que envolvem transporte individualizado, muitas vezes fora da rede pactuada.

A contratação por credenciamento permitirá à Administração Pública ampliar sua capacidade de resposta de forma flexível, célere e eficiente, assegurando a continuidade dos serviços públicos com qualidade, sem sobrecarga da estrutura atual, garantindo o atendimento às demandas recorrentes e extraordinárias da população.

4 -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

I- Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

II- Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

III- Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

IV- Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

V- Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados que foram processados.

VI- Vistoriar periodicamente as instalações do prestador contratado a fim de verificar se as condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.



- VII- Exercer o controle e avaliação, dos serviços realizados, estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- VIII- Transferir os recursos previstos neste Contrato à CONTRATADA, correspondente aos serviços efetivamente prestados.
- IX- Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.
- X- Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.
- XI- Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido na lei.
- XII- Comunicar com antecedência à contratadas eventuais alterações de cronograma, rotas ou necessidades relacionadas à prestação dos serviços.
- XIII- Assegurar os recursos orçamentários, necessários ao cumprimento das obrigações financeiras decorrentes do contrato;

5 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Obrigações legais e administrativas

- Arcar integralmente com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias, civis e comerciais relativas aos profissionais envolvidos na execução do contrato;
- Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram o credenciamento, incluindo regularidade fiscal e qualificação técnica;
- Emitir notas fiscais conforme exigências legais;
- Cumprir integralmente a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5.2. Obrigações operacionais

- Disponibilizar profissionais qualificados, com CNH compatível, de acordo com a escala definida;
- Executar os serviços nos prazos, locais e condições estipulados;
- Substituir prontamente os profissionais em caso de ausência ou conduta inadequada;
- Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória de qualificação;
- Manter conduta ética e respeitosa com pacientes, servidores e terceiros;
- Não realizar atividades fora do escopo sem prévia autorização.

5.3. Responsabilidade técnica e pela qualidade do serviço

- Garantir a segurança e o conforto dos usuários dos serviços;
- Cumprir normas técnicas, sanitárias e de trânsito;
- Prestar os serviços em harmonia com as rotinas da Administração;



- Responder por danos decorrentes de defeitos ou falhas na prestação dos serviços;
- Submeter-se ao acompanhamento da fiscalização sem prejuízo da responsabilidade contratual;
- Promover treinamentos e atualização da equipe regularmente.

5.4. Obrigações complementares

- Comunicar à Contratante quaisquer fatos relevantes ou alterações na execução contratual;
- Apresentar relação dos profissionais designados, sempre que solicitado;
- Manter o sigilo das informações obtidas durante a execução dos serviços;
- Não subcontratar o objeto sem expressa autorização da Administração.

6 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa



cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, afim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação do serviço, uma vez que não se trata de processo de grande vulto.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA



É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo.

CONSÓRCIO

Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Chamamento Público em tela.

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

ALOCUÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS

A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

8 GESTÃO DO CONTRATO



8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.7 O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Para esta contratação a gestão pela será exercida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

9 CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.1 A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços executados previamente encaminhados, e efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal, observado os limites quantitativos contratados;

9.1.1 As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitos via email em licitacao@santarosadaserra.mg.gov.br.



Forma de pagamento

9.2 O pagamento dos serviços prestados e regularmente faturados com contrato válido e vigente, até o décimo dia útil, após o cumprimento das seguintes condições:

a) emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

9.3 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência.

9.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

O prazo de 10 (dez) dias úteis contará a partir da data em que se efetivar a emissão da nota fiscal

10- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIAMENTO

10.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, desde que estejam cumprindo as normas técnicas e administrativas aplicáveis, atendendo integralmente ao disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos.

10.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização do credenciamento através da inexigibilidade;

10.2.1. Os interessados deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes no Anexo I deste termo de referência.

10.2.2. O interessado ofertará os procedimentos e suas respectivas quantidades, conforme a capacidade instalada para a execução, sendo facultada a escolha parcial e/ou total do Anexo I. Para isso, deverá preencher o Anexo II com a proposta de procedimentos ofertados.



11. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

11.2 A solicitação deverá conter, na forma e no conteúdo, as exigências deste Termo de referência, e especialmente:

11.2.1 Razão social completa do interessado, CNPJ, Inscrição Estadual, Código CNES, endereço, telefone, e e-mail;

11.2.2 Número do Edital do Credenciamento;

11.2.3 Nome e número do Banco e da Agência e número da conta corrente;

12. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

a) Modelo de Proposta dos procedimentos a serem contratados, assinado pelo responsável técnico do Estabelecimento, por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura. **(Anexo II)**;

b) Ficha de solicitação de Credenciamento **(Anexo III)**

c) Declaração de Concordância com os Preços da Tabela do Anexo I. **(Anexo IV)**

12.1.1. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do participante.

12.1.2. A(s) entidade(s) habilitada(s) terá(ão) mera expectativa de direito quanto à sua contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO DO PRESTADOR

13.1. Quando o objeto não permitir contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, A administração adotará critério de rotatividades entre os credenciados

13.1.1. Será observada a capacidade técnica de cada contratante e a divisão de procedimentos se dará diante da quantidade ofertada por cada um.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes.

14.2. DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:



Dotação: 02.08.01.10.302.0037.2140 – 3.3.90.39-00

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Fonte de Recurso: 1.600.000.0000 – Trans. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov. Fed. – Bl. Man. ASPS

Ficha: 357 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 02.11.01.04.122.0009.2144 - 3.3.90.39.00 – Manut. Secret.Obras e Serviços Urbanos.

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Ficha: 370 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 02.11.01.15.122.452.0072.2147 - 3.3.90.39.00 – Manut. Serv. Limpeza Urbana/Coleta de Lixo

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Ficha:388 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Dotação: 02.11.01.26.782.0099.2096 – 3.3.90.39.00 – Manutenção Estradas, Pontes Mata Burros

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

14.3. O prestador somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela ADMINISTRAÇÃO, e efetivamente prestados.

14.4. As propostas de ofertas de serviços aprovadas provenientes deste Termo de Referência, não implicarão em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador;

14.5. Os recursos financeiros necessários para a celebração dos contratos estão incluídos no TETO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DA SERRA

14.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

15.1.1.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não



entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação (se for o caso) ;

15.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva (se for o caso);

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa no Chamamento Público ;

15.1.9. Fraudar o Chamamento Público

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento

15.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6,

13.1.7 e 13.1.8,, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15



(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça em Campos Altos/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (*dispute boards*)) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I – Tabela com qualitativos e valores fixados;



ANEXO II– Proposta de serviços ofertados

ANEXO III – Ficha de Solicitação de

Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração de Concordância com os Preços

17- DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de administração e Recursos Humanos

Santa Rosa da Serra/MG, 28 de julho de 2025.

Renan Antunes Ferreira

Secretaria Municipal de saúde

Geovanna Roberta Candido De Souza Rangel

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos



ANEXO I
CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 168/2025

ITEM	QTADE	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA REGIÃO DE BELO HORIZONTE. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
02	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE PATOS DE MINAS. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
03	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE CAMPO ALEGRE/SANTA ROSA DA SERRA. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
04	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/CARANGOLA. HORÁRIO A	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40



		SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.			
05	10.000	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AJUDANTE DE OPERAÇÕES EM GERAL.	HORAS	R\$ 17,65	R\$ 176.500,00
06	10.000	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO JARDINEIRO	HORAS	R\$ 17,69	R\$ 176.900,00



ANEXO II
CREDENCIAMENTO
Nº 003/2025
PROCESSO Nº 168/2025

MODELO DE PROPOSTA

_____(Nome do estabelecimento) pessoa jurídica de direito (público / privado) inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____ cidade _____, vem por seu representante legal, _____ apresentar seu interesse junto a Secretaria Municipal de Administração para prestação de serviços de _____

conforme abaixo, , de conformidade com o Credenciamento nº 003/2025 .

ITEM	QTADE	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA REGIÃO DE BELO HORIZONTE. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
02	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE PATOS DE MINAS. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
03	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA	HORAS	R\$	R\$ 55.202,40



		JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE CAMPO ALEGRE/SANTA ROSA DA SERRA. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.		13,94	
04	3.960	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO CONDUTOR DE VEICULOS AUTOMOTORES (DEVIDAMENTE QUALIFICADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ESCALA COM ROTA PARA A REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/CARANGOLA. HORÁRIO A SER DEFINIDO POR CADA SECRETARIA.	HORAS	R\$ 13,94	R\$ 55.202,40
05	10.000	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO AJUDANTE DE OPERAÇÕES EM GERAL.	HORAS	R\$ 17,65	R\$ 176.500,00
06	10.000	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO JARDINEIRO.	HORAS	R\$ 17,69	R\$ 176.900,00

- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal.



Santa Rosa da Serra/MG, _____ de _____ de 2025.

Nome, assinatura e CPF do representante legal da empresa.



ANEXO III

**CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 168/2025**

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Representante legal:

CPF:

RG:

SOLICITA O CREDENCIAMENTO DA EMPRESA

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Telefone(s): ()

OPTANTE PELO SIMPLES: () SIM () NÃO

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:Obs.:

Colocar dígito verificador. Não serão aceitas conta conjunta ou poupança. A contacorrente deverá ser em nome de pessoa jurídica.

Santa Rosa da Serra/MG, __de__de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da

empresa Nome e CPF do declarante

Assinatura do Responsável Técnico Nome e
Inscrição no Conselho



**ANEXO IV CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 168/2025**

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS PREÇOS DA TABELA FIXADA E DE
COMPROMETIMENTO COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NO
ROL DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025**

(Nome do estabelecimento) pessoa jurídica de direito (público/privado) inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na Nesta cidade vem por seu representante legal, _____, declarar para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concorda em executar os serviços objeto do Credenciamento nº 003/2025, sob o regime de credenciamento, aceitando os preços estipulados no anexo I deste Termo de Referência.

Santa Rosa da Serra/MG, de de 2025.

Assinatura do representante legal da
empresa Nome e CPF do
declarante